Bolsas — Na sexta-feira: 0,75% São Paulo; 1,09% Nova York

Pontuação B3 — IBovespa nos últimos dias: 175.710 (27/10) → 167.921 (30/10)

Dólar — Na sexta-feira: R$ 5,444 (+ 1,95%)

Dólar	Últimos
23/outubro	4,992
26/outubro	5,402
27/outubro	5,350
28/outubro	5,340
30/outubro	5,387

Salário mínimo — R$ 1.621

Euro — Comercial, venda na sexta-feira: R$ 6,080

CDI — Ao ano: 13,65%

CDB — Prefixado 30 dias (ao ano): 13,60%

Inflação — IPCA do IBGE (em %)

Maio/2026	0,58
Junho/2026	0,16
Julho/2026	0,07
Agosto/2026	-0,32
Setembro/2026	0,82

POLÍTICA MONETÁRIA

Juros pressionados por mercado receoso

Aumento da curva é resultado de descontentamento dos investidores com resultado eleitoral e preocupação com cenário externo

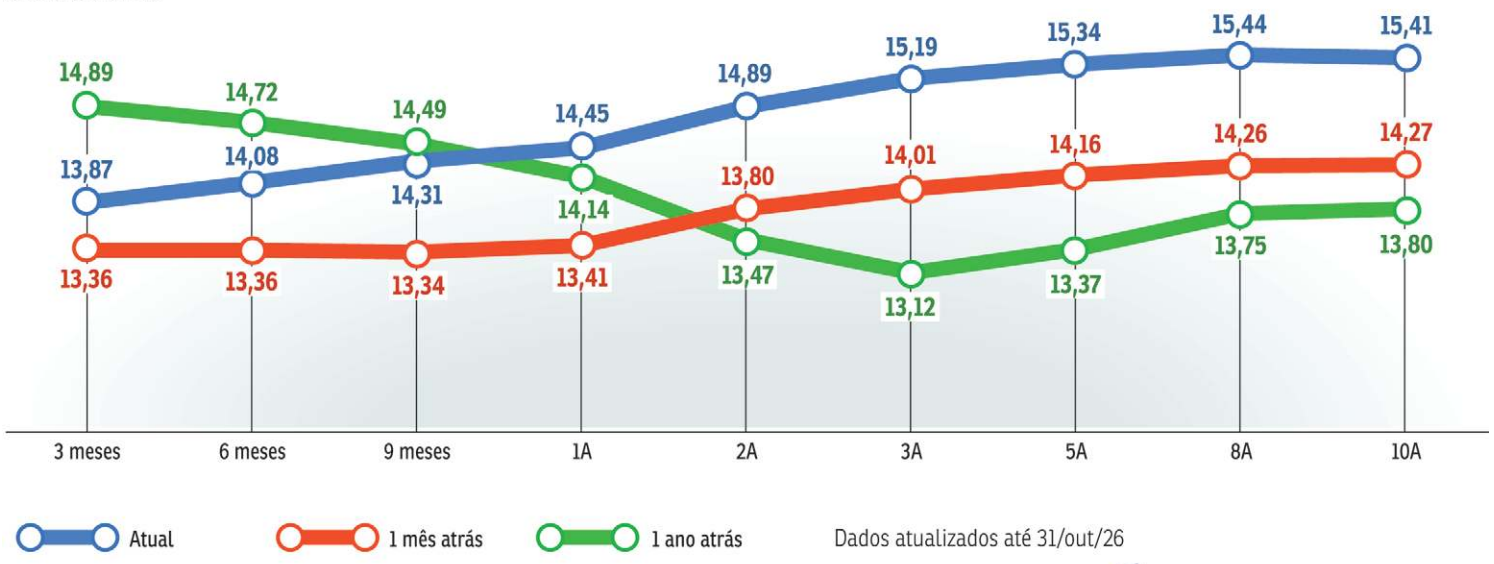
» RAPHAEL PATI

Ritmo atual

Juros ficam pressionados após a maior parte do mercado ser "pega de surpresa" com a derrota do candidato de oposição. Houve crescimento das taxas DI ao longo de toda a curva.

CURVA DE JUROS FUTUROS

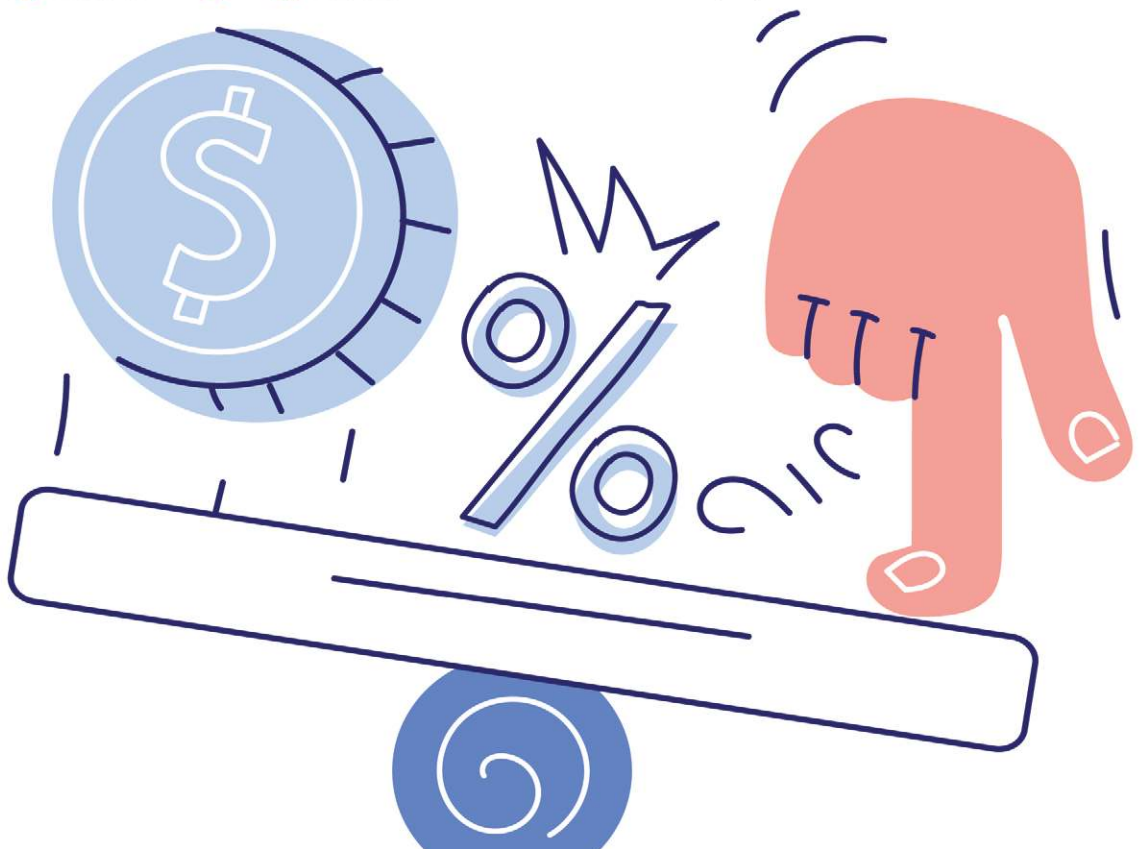
Taxa anual em %



CAUSAS PARA A ALTA DA CURVA, SEGUNDO OS ESPECIALISTAS:

- Saída de investidores e desvalorização de ativos brasileiros após o resultado das eleições;
- Incerteza e preocupação com a trajetória fiscal brasileira, com o aumento das despesas primárias e de gastos fora do regime de metas;
- Inflação ainda elevada, mesmo com a perda do dinamismo da economia, em um cenário de Taxa Selic alta;
- No cenário externo, as incertezas passam pelo aumento do preço do petróleo no Oriente Médio e o risco inflacionário nos Estados Unidos, com possível aumento da taxa de juros no país.

Fonte: Investing.com



Em uma semana histórica no mercado financeiro, marcada por recordes negativos na Bolsa de Valores e no câmbio, o temor dos agentes também se refletiu diretamente nos juros futuros, que ficaram ainda mais pressionados após 25 de outubro. Já no dia seguinte às eleições que garantiram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) um quarto mandato, as taxas DI (Depósito Interfinanceiro), que representam as médias dos juros praticados pelos bancos, subiram acima de 2% em determinados pontos da curva.

A curva de juros, como é chamada a variação das taxas DI pelo prazo de vencimento, registrou fortes altas durante a semana. Na última sexta-feira, elas encerraram o período de cinco dias pós-eleições com altas acumuladas de mais de 250 pontos-base em alguns vencimentos. Isso indica um aumento geral de toda a curva, causada principalmente pela preocupação do mercado com a trajetória fiscal nos próximos anos, após o presidente eleito ter feito uma série de promessas que elevariam as despesas do governo, já pressionadas no governo Lula 3, como novo reajuste do Bolsa Família e o perdão de dívidas para microempreendedores e outros segmentos.

No último dia da semana, o contrato de DI que apresentou o maior aumento percentual foi a taxa com vencimento em abril de 2030, que subiu 1,74% em um único dia e passou de cerca de 13,5% para 15,25%. Somente dois contratos tiveram desvalorização na sexta-feira: um com vencimento em 2039 e o outro, em 2040. Todo o restante da curva seguiu pressionada em meio ao ambiente de incerteza no mercado doméstico.

Também houve pressão no cenário internacional, na semana em que o Comitê de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) do Federal Reserve (Fed) — o banco central dos Estados Unidos — decidiu manter a taxa de juros do país em uma banda de 3,75% a 4%, considerado um patamar elevado para os norte-americanos. Vale destacar que a decisão não foi unânime e que uma parte dos diretores votou pela elevação em 0,25 ponto percentual, o que poderia pressionar ainda mais os juros no Brasil na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom).

Para o especialista Rafael Dadoorian, cofundador e head da mesa de renda fixa da Convexa Investimentos, o mercado busca entender como o governo pretende conciliar o crescimento dos gastos públicos com a necessidade de estabilizar a dívida. "Quando existe incerteza sobre essa trajetória, os investidores passam a exigir uma remuneração maior para financiar o governo, especialmente nos prazos mais longos", destaca.

O movimento de alta dos juros reflete, portanto, uma precificação do risco fiscal brasileiro, na avaliação de Dadoorian. "Antes do segundo turno, parte do mercado estava posicionada para um cenário político diferente, com expectativas de maior ajuste nas contas públicas. Com a reeleição de Lula, essas posições precisaram ser revistas, provocando uma forte abertura das taxas de juros futuros", considera o especialista.

> **Antes do segundo turno, parte do mercado estava posicionada para um cenário político diferente, com expectativas de maior ajuste nas contas públicas. Com a reeleição de Lula, essas posições precisaram ser revistas, provocando uma forte abertura das taxas de juros futuros"**
>
> ***Rafael Dadoorian,*** *economista da Convexa Investimentos*

Além das altas nas taxas de DI, a semana também foi marcada por uma intensa desvalorização dos títulos do Tesouro Direto, com perdas de até 17,19%, no caso do Tesouro IPCA+ 2050. Esse movimento faz com que as taxas de renda fixa fiquem mais atrativas. No caso do Tesouro Prefixado 2032, por exemplo, houve um aumento de 2,47 pontos nos últimos cinco dias, chegando a 15,78% — a maior taxa da série do título, iniciada em fevereiro de 2025.

Esse movimento de desvalorização fez com que o próprio Tesouro Nacional interviesse e anunciasse, já em 26 de outubro, a recompra de títulos do programa. Segundo o secretário Daniel Cardoso Leal, o Tesouro adquiriu R$ 14 bilhões no primeiro dia pós eleições e mais R$ 18 bilhões no dia seguinte. A medida tem o objetivo de evitar uma perda ainda maior de valor dos títulos e, consequentemente, perdas financeiras para o governo federal, responsável pela oferta do Tesouro Direto.

O especialista em mercado financeiro Rodrigo Rosário, sócio da VLG Investimentos, explica que a intervenção do Tesouro não é comum, mas também não é inédita. "Já aconteceu em março deste ano, durante o choque do petróleo. Esse tipo de atuação tende a ocorrer quando há alguma disfunção no funcionamento do mercado, geralmente em momentos de grandes choques, de forma semelhante às intervenções do Banco Central no câmbio ou aos circuit breakers na Bolsa", esclarece.

Rosário acredita que novas intervenções podem ser adotadas em caso de manutenção do ritmo de alta dos juros futuros e, consequentemente, um novo cenário de disfuncionalidade. "É importante ressaltar, porém, que essas medidas servem para corrigir distorções no funcionamento do mercado, e não para reverter tendências", observa.

Taxa Selic

Um novo aumento da taxa básica de juros (Selic) era um cenário praticamente descartado em um futuro próximo na avaliação da maior parte das agências de investimento e casas do mercado financeiro. Atualmente em 13,75% ao ano (a.a.), a Selic se mantém em trajetória lenta de queda desde a reunião de março do Copom. Até o início do ano, ela estava no maior patamar em quase duas décadas, 15% a.a., e a expectativa atual, segundo o relatório Focus publicado pelo Banco Central no último dia 26, ainda é de duas novas quedas de 0,25 p.p. em cada uma das reuniões restantes neste ano.

Apesar disso, com o aumento expressivo dos juros futuros e a manutenção da taxa norte-americana em patamar elevado, cresce a tendência para uma estabilização da Selic nas próximas reuniões, ou até mesmo, de novos ajustes para cima. "A alta dos juros futuros aumenta a cautela em relação à continuidade da flexibilização da Selic. O cenário-base do mercado deixou de ser um novo corte e passou a ser de manutenção, embora parte dos agentes ainda aposte em nova redução", avalia Rodrigo Rosário.

Para o especialista da VLG, o Copom deve pesar as expectativas de inflação na próxima decisão, além da desvalorização do real e, principalmente, os primeiros sinais da política fiscal para o novo mandato. Na avaliação dele, o próximo comunicado será tão importante quanto a própria decisão para indicar se uma eventual manutenção representa apenas uma pausa ou o fim do ciclo de cortes. "Caso o ciclo seja interrompido, os juros reais permaneceriam em nível bastante restritivo por mais tempo, o que tende a desacelerar o crédito e a atividade econômica", pondera.

O estrategista-chefe da Sincra, Gustavo Cruz, aconselha ficar de olho no próximo Boletim Focus antes de tentar prever uma estabilização da taxa de juros. "Não sei se o Banco Central vai tentar postergar, vai pausar, fazer uma manutenção por conta da piora dos ativos, ou se ele continua com o corte de 0,25 p.p., entrega mais um corte de 0,25 p.p. em dezembro e, aí sim, se as coisas tiverem piorado muito, se o mercado não tiver estabilizado, ele eventualmente pausa no começo do ano que vem', comenta.

Estratégias

Com a curva de juros em alta e o ciclo de queda da Selic ameaçado, os títulos pós-fixados indexados à taxa DI (como o Tesouro Selic e CDBs pós-fixados) tornam-se ativos mais recomendados e seguros, na visão de analistas consultados pelo **Correio**, embora Cruz avalie que o ideal é proteger o poder de compra do patrimônio mais do que pensar na própria rentabilidade.

"Sempre é bom preservar o patrimônio primeiro. E aí, no Brasil, a gente tem isso, tanto no Tesouro, títulos IPCA+, quanto nos CDBs (Certificados de Depósito Bancário) e IPCA+. Crédito corporativo, também. Eu entendo que seria uma alternativa para o momento. Agora, se as pessoas estão com dinheiro, querendo fazer a alocação, querendo se proteger. Proteja seu dinheiro, proteja seu poder de compra, que é o essencial para o seu longo prazo", recomenda.

Diante da conjuntura, apostar em pós-fixados garante que o investidor capture integralmente a manutenção da Selic em níveis elevados sem sofrer perdas patrimoniais decorrentes da oscilação de mercado, como indica o economista-chefe da Bluemetrix Asset, Renan Silva. "Não obstante, os títulos prefixados ou atrelados ao IPCA+ que foram comprados recentemente sofrem com a marcação a mercado. O preço do papel cai quando a taxa de juros do mercado sobe", lembra Silva.

Para o economista, entrar nesses títulos agora pode oferecer taxas historicamente elevadas (como prefixados superando 15% ao ano), mas o investidor deve carregar o papel até o vencimento para não amargar prejuízos em caso de resgate antecipado. "Complementarmente, o momento pede cautela e manter uma fatia relevante do portfólio em títulos pós-fixados ligados ao DI serve como porto seguro e preserva o poder de compra enquanto o mercado aguarda os primeiros sinais práticos e nomes da nova equipe econômica do governo reeleito", frisa o especialista.